

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMO ALFABELETRAR A CRIANÇA AUTISTAS?

LITERACY AND LITERACY: HOW TO TEACH AUTISTIC CHILDREN'S LITERACY?

Viviane Silva Oliveira¹

Elisângela Maura Catarino²

RESUMO: O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento e se define por níveis; dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é compreender o processo de alfabetização e letramento de alunos dentro Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), apresentando métodos e estratégias de alfabetização para o ensino regular dos alunos com TEA. Justifica-se o estudo desse projeto ao número de diagnósticos de crianças com TEA que vem crescendo gradativamente dentro das escolas, e faz se de suma importância ser estudado e analisado mais a fundo. Para desenvolver esse projeto de pesquisa, foi necessária uma busca em sites, como Google Acadêmico, Scielo, revisões bibliográficas entre outros de textos e revistas. Fez-se necessário incluir autores como Soares (2003, 2010), Freire (1983), Gadia (2006), DSM (2022), LDB (1996), dentre outros. Espera-se que este trabalho contribua significativamente para o processo de alfabetização e de letramento de crianças com TEA. As estratégias e os métodos apresentados buscam servir como guias no contexto do ensino, visando a uma abordagem mais inclusiva e eficaz para alunos com autismo.

Palavras-chave: Autismo, Alfabetização, Letramento, Métodos.

ABSTRACT: Autism is a disorder of cognitive development, and is defined by levels of support, so the general aim of this work is to understand the literacy process of students with autism spectrum disorder (ASD), presenting methods and literacy strategies for the regular education of students with ASD. The study of this project is justified because the number of diagnoses of children with ASD has been growing gradually within schools, and it is of the utmost importance to be studied and analyzed in greater depth. In order to develop this research project, it was necessary to search for texts and journals on sites such as Google Scholar, Scielo and others. It was necessary to bring in authors such as Soares (2003,2010), Freire (1983), Gadia (2006), DSM (2022), LDB (1996) and others. It is hoped that this work will make a significant contribution to the literacy process of children with ASD. The strategies and methods presented seek to serve as guides in the teaching context, aiming for a more inclusive and effective approach for students with autism.

Keywords: Autism, Literacy, Literacy, Methods.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo compreender o processo de alfabetização e de letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), conhecer as estratégias de intervenção para

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES. E-mail: vivih.oliveira05@gmail.com.

² Doutora em Educação (ULBRA), doutora em Ciências da Religião, PUC-GO, professora adjunta da disciplina Leitura e Compreensão/ Produção de textos, no Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES.



esse processo em turmas e compreender os desafios para os alunos com autismo e de que modo são passados esses ensinamentos. Todos esses são pontos deste trabalho.

De acordo com Bosa (2017), o autismo é caracterizado pelo termo como Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou seja, de acordo com esse autor, acontecem situações no desenvolvimento do autista, ou grau de dificuldade em alguns aspectos ou situações, ainda em ambientes diferentes, assim como dificuldades de externalizar pensamentos a um terceiro. Isso, às vezes não é permitido devido a uma condição associada ao cérebro da pessoa com autismo, tornando o trabalho do profissional em relação ao ensino e à aprendizagem um processo desafiador.

O aluno dentro do TEA necessita de um ensino que o ajude a acessar saberes que auxiliem no desenvolvimento das diferentes habilidades e competências que garantam a esse sujeito dignidade e cidadania. Proporcionar as atividades adaptadas à realidade da criança autista, trazer a forma lúdica, por exemplo, é uma sugestão que vem sendo investigada por cientistas para que o ensino não se torne chato e cansativo, e sim, que assume uma aprendizagem significativa. Os métodos utilizados pelo professor devem estimular a vontade de participar e a criatividade do aluno autista, observando no que cada criança sente prazer e necessidade de fazer.

Nas últimas décadas, a questão da alfabetização tem sido muito discutida no cenário político e social brasileiro. Em nenhum outro momento a necessidade de ampliar o acesso à educação e à alfabetização foi tão necessária. Governo e sociedade estão se mobilizando para reformular e implementar políticas educacionais que viabilizem o acesso e a universalização da frequência escolar. Nesse campo, incluir as crianças que apresentem deficiência ou transtornos uma luta que tem mobilizado diferentes setores, ou seja, promover uma educação pública de melhor qualidade como estratégia para combater o analfabetismo absoluto e garantir maior qualificação profissional às novas gerações.

Para tanto, foi utilizada como metodologia para construção desse artigo o estudo bibliográfico que visa a construir uma revisão de obras e publicações, para posteriormente servir de base para análise para um tema tão desafiador, logo, não seria possível uma reflexão crítica sem as ferramentas teóricas que sustentassem os questionamentos que se fazem quando se trabalha com crianças com TEA (SOUZA; ALVES, 2021).

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A linguagem escrita que conhecemos hoje teve o seu início no século XIII antes de Cristo. Nessa época, predominou-se uma era cultural devido às obras lançadas pelos gregos, logo são considerados um dos primeiros criadores dessa forma de comunicação por estarem relacionados às obras, às escritas e às relações sociais de domínio e poder, devido à importância no currículo escolar de sociedades alfabetizadas como a nossa (MELO, MARQUES, 2017).

Assim, a linguagem escrita é, portanto, uma fonte de libertação ou submetendo-se a ideias políticas, sociais, econômicas e culturais, o que leva a ser importante conhecer sua trajetória no território nacional para melhor compreender a realidade brasileira.

De acordo com o autor Tfouni (2010), as sociedades alfabetizadas nasceram entre os séculos V e VI a.C. simultaneamente com o aparecimento de ideias lógico-empíricas e filosóficas e que, durante essas histórias, houve a inserção de disciplinas literárias. Conclui-se, portanto, que: “[...] o surgimento da escrita potencializa o desenvolvimento científico, tecnológico, psicossocial e também a divisão de classes [...]” (MELO, 2015, p. 27 apud MELO, MARQUES, 2017).

No período de 1880 a 1920, a alfabetização era sinônimo de civilização, de disciplina, esclarecendo a sociedade teológica, elevando-a ao positivo. Então, criar o hábito da leitura e aprender a ler levaria a um poder aquisitivo maior de conhecimentos, além de fazer melhorar a caligrafia (SILVA; MORAIS, 2012). Conforme autor Mortatti (2000), entre a década de 80 e 90, notoriamente aconteceu um embate teórico entre os defensores dos métodos antigos e os defensores dos métodos modernos de alfabetização.



Os métodos sintéticos eram considerados antigos: alfabético ou ortográfico, silábico e fonético e como novo método analítico das palavras criado pelo poeta João de Deus. Esse método foi escrito em Portugal na Cartilha Maternal ou Arte da Leitura, foi escrito pelo poeta português João de Deus. Em contraste com os métodos até então rotineiros, o “método João de Deus” ou “método da palavração” baseava-se nos princípios da linguística moderna da época e consistia em iniciar o ensino lendo uma palavra e sua posterior análise com base em valores fonéticos das letras. (MORTATTI, 2019, p. 34).

Por tais razões, Silva Jardim, que era um militante e positivista, pensou esse método como fase científica e definitiva no ensino da leitura e um fator de progresso social, de acordo com os princípios do positivismo, que ele defendeu (MORTATTI, 2019). Segundo as ideias da época, esse seria um método intuitivo e objetivo que ajudaria a construir um conjunto sistêmico para a educação em âmbito nacional, objetivando aculturação do povo bárbaro e ignorante que ali se encontrava (MORTATTI, 2019).

O bom ensino baseava-se na memorização e um bom professor era aquele que seguiu as instruções oficiais e aplicou corretamente o método impresso nas cartilhas. Os alunos deveriam ter memória suficiente para lembrar variados nomes, ter consciência fonológica, reconhecer fonemas, termos e expressões linguísticos, que assim, possam relacionar a memória e os hábitos com normas e patrióticas (MELO, 2015).

Embora tivessem em busca dessa construção social, Zaccur (2011) aborda que em 1883 a Lei Saraiva, a qual proibia que os analfabetos votassem, foi aplicada em um país com 80% de população analfabeta, com um discurso incentivando a busca pela escolaridade. A elite dominante do Brasil já havia investido na manutenção do poder político, instruindo primordialmente que fosse limitado às suas primeiras letras e incutiu na ideologia popular a sua inferioridade inconsciente em favor da superioridade dos alfabetizados (ZACCUR, 2011).

Cada cidadão da pátria emergente precisava de fazer o seu melhor para o desenvolvimento nacional, as capacidades físicas e práticas foram gradualmente substituídas pelas intelectuais, e os indivíduos aprenderam que aqueles que têm teoria devem ter precedência sobre aqueles que praticam. Para alguns, coube criar pensamentos que planejassem sua administração na sociedade brasileira, usufruir de suas vantagens materiais e sociais, e para outras pessoas, a incumbência era se educar para cumprir ordens, fazer bem o que lhes era mandado e deixar as migalhas da elite dominante que se constituíam (MELO, 2015).

Dito isso, Oscar Thompson (1910-1975) utilizou o termo “alfabetização” em 1918 pela primeira vez, embora estranhamente o termo “analfabeto” fizesse parte do ensino e da rotina do brasileiro desde o ano de 1909. Então, houve o surgimento de um novo método educativo que se baseou da premissa da utilização do novo termo, baseado nos princípios da Escola Nova, social pedagogia e psicopedagogia. Invertendo os papéis entre aluno e professor, ele pregava que o método deveria se adaptar a todos os estudantes e somente a eles e não aos professores (MORTATTI, 2000). O ecletismo pedagógico surge com a difusão simultânea dos métodos sintético-analíticos.

Desde a década de 1920, a padronização preocupa-se com a aplicação e a mensuração de testes que medem o nível de maturidade necessário para aprender a ler e a escrever. Acadêmicos e especialistas pedagógicos divulgaram manuais para a aplicação dessas provas, bem como exercícios para professores aplicarem aos alunos que precisavam desenvolver tal maturidade (MORTATTI, 2000).

A década de 1980 nasceu em um cenário político tumultuado por meio do qual os movimentos populares alcançaram a redemocratização política do Brasil em 1985. Esse clima instável foi reforçado pela taxa de analfabetismo dos cidadãos, que atingiu 25,41%, bem como pelo insucesso escolar, que atingiu 19,9% da população que frequentava os primeiros anos do ensino primário (MORTATTI, 2000).

A teoria dialético-marxista começou a afirmar-se nas pesquisas em humanidades no território nacional, bem como no caso da educação, respectivamente no campo da alfabetização. “Apesar da permanência das cartilhas nas salas de aula, o discurso acadêmico baseado na teoria construtivista de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, a psicogênese da linguagem escrita em 1986, passou a fazer parte



dos discursos oficiais” (MELO, 2015 apud MELO, MARQUES, 2017) e permeou as normas que atingiram os professores e as séries do Ensino Fundamental (MELO, 2015).

Portanto, devido às novas técnicas abordadas no âmbito educacional, a metodologia inserida pela alfabetização gerou mudanças historicamente a partir de novas afirmações. A alfabetização é uma atividade que possibilita ao sujeito interagir e dominar a técnica da leitura e da escrita, revelando o mundo socialmente codificado e como utilizá-lo. Soares (1998, p.33) explica que:

Alfabetização é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo- criança ou adulto - tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena. (SOARES, 1998, p.33 apud LAZZAROTTO, 2010, p.15).

O uso da leitura e da escrita, ou seja, o aprender a ler e a escrever, tem como objetivo apoiar a inclusão do sujeito nos aspectos sociais, culturais, cognitivos, linguísticos, entre outros, o que leva à transformação da vida do sujeito. Soares (2003, p.15) complementa a alfabetização como:

[...] um processo de representação de fonema e grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se consideraria ‘alfabetizada’ uma pessoa que fosse capaz de decodificar símbolos sonoros, ‘lendo’, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se considerariam ‘alfabetizada’ uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito. (SOARES, 2010, p.16 apud LAZZAROTTO, 2010, p.15).

A alfabetização é o processo de aprendizagem da “técnica da escrita”, isto é, uma soma de habilidades necessárias e procedimentos técnicos para o desenvolver da leitura e da escrita. Portanto, a alfabetização é definida como tornar-se uma palavra no sentido próprio - como um processo de domínio da "tecnologia", ou seja, técnicas agrupadas que habilitem a prática da leitura e da escrita: a capacidade de codificar fonemas em grafemas e decodificar grafemas, ou seja, domínio no uso da caligrafia em geral (SOARES, 2003).

Ainda, são necessárias habilidades motoras para manipular ferramentas e equipamentos para que ocorra a codificação e a decodificação, ou seja, aprender maneiras de escrever, aprender uma certa postura adequada para escrever ou ler, habilidades para usar equipamentos de escrita (lápiz, canetas, borrachas, líquido corretivo, equipamentos que auxiliem a escrita), habilidades de escrita ou leitura de acordo com a movimentação realizada durante a escrita, início, meio e fim, habilidades organizacionais, a espacialidade do texto na página, o manuseio correto e adequado dos blocos em que livros, revistas, jornais, papel são escritos e lidos, em diferentes vistas e tamanhos (caderno, folha, caderno de exercícios, cartaz, tela de computador (SOARES, 2003).

Podemos resumir, então, que a alfabetização é momento no qual se obtêm o código e as habilidades para usá-lo para ler e escrever, ou seja, o domínio da tecnologia, um conjunto de técnicas para praticar a arte da escrita científica. (SOARES, 2003).

De acordo com Paulo Freire (1983), a prática de alfabetizar-se significa adquirir a linguagem escrita por meio de um processo de construção do conhecimento com visão crítica da realidade. Nessa definição, o autor relaciona a apropriação com a conquista da cidadania. Conscientizar os indivíduos sobre seus direitos de ler e escrever, de exigir o acesso para ler e escrever, bem como de ler e entender o que está escrito, de analisar e colocar criticamente as informações que lhes são transmitidas por meio da decodificação tem por característica capacitar os indivíduos a exercerem sua cidadania (FREIRE, 1983).

Conscientizar os indivíduos sobre seus direitos de ler e escrever, de exigir o acesso para ler e escrever, bem como de ler e entender o que está sendo escrito, de analisar e colocar as informações criticamente que lhes são transmitidas por meio da leitura é um dos atributos que possibilita os indivíduos a exercerem sua cidadania. O autor Freire (1983) defendia a ideia de premissa da visão de mundo das palavras sobre a leitura, com base na Antropologia, muito antes de os códigos linguísticos serem inventados, as pessoas já liam seu mundo, pois, ao decifrar as letras, a pessoa passa a reconhecê-las na organização estrutural que é a linguagem escrita, ela é dito alfabetizado.



Segundo Ferreiro (1999), a alfabetização não é momentânea, é um processo que se inicia na infância e, ao longo da sua trajetória de vida, vai se aprimorando, algumas crianças podem iniciar este processo mais cedo e outros durante a alfabetização na escola e para aqueles nos quais existem dificuldades, até o fim do processo escolar. Dito isso, o processo de alfabetização deve incluir a alfabetização, pois quando é falado sobre alfabetizar não se refere a uma tecnologia que se aprende separada do uso social da escrita. Para ela, alfabetização não é decodificação, e afirma que a prática pedagógica do ponto de vista do letramento é contextualizada e significativa.

Podemos dizer que Ferreiro, Soares e Freire sustentam a ideia sobre a organização que deve existir entre a leitura e a escrita, o que acontece é um choque de conceitos, até recentemente, ler e escrever, conhecer, fazer a leitura de notação era suficiente para atender às demandas da classe trabalhadora. Hoje, a sociedade quer indivíduos que se qualifiquem na leitura e escrita, se adaptem e que usem sua inteligência de forma eficiente para atender as demandas dos novos ritmos da tecnologia.

Logo, Ferreiro (2001) enfatizou que o ato de alfabetizar leva a pessoa a compreender melhor a sua linguagem, melhora a sua escrita, constrói pensamentos coerentes e que isso é externalizado em seu meio social de forma positiva. Sobre isso então, afirma-se, com as práticas sociais da leitura feita em vários contextos, assim como a realização da escrita para desenvolver essas habilidades, é possível haver o letramento e melhorar a compreensão e a expressão lógica e verbal.

Visto que, para Soares (2003), se aprimorar dos bons hábitos diários de leitura e escrita são características do letramento, sendo assim, o autor mostra a importância para garantir a inclusão e a participação efetiva nas sociedades letradas, a alfabetização e o letramento são, portanto, processos distintos, mas complementares e indissociáveis (SOARES, 2003).

A alfabetização significa o uso social da "tecnologia da escrita", incluindo as habilidades de leitura e escrita, informando-se na imaginação, estética, conhecimento, imersão na imaginação, interpretação e produção de diversas singularidades de textos, usando a escrita como forma de transparecer conhecimento e espalhar informações.

De acordo com os avanços sociais, relacionar alfabetização e letramento se tornou mais comum no dia a dia e, com isso, a prática de leitura e de escrita se tornou universal, o que possibilita avanço do uso da leitura e da escrita, sendo um fenômeno diferente da 'alfabetização'. Ler e escrever exigem tecnologia, é um aprendizado diferente de estabelecer correspondências entre fonemas e grafemas, saber segurar o lápis, direcionar a escrita, mas o que realmente caracteriza o engajamento são as situações de troca social.

Alfabetização e letramento, apesar de suas especificidades, são dois processos que não se distinguem realmente, uma pessoa aprende a ler e a escrever e, desde cedo, o indivíduo aprende a reconhecer as práticas de leitura e escrita no sistema de escrita nesse período. Um exemplo claro sobre letramento versa sobre a percepção de uma pessoa que, mesmo em contato com a leitura e lendo apenas por fingimento, já se faz o uso desse mecanismo, mostrando a diferença entre um fenômeno chamado "alfabetização" e um fenômeno chamado "letramento".

Existem dois processos pelos quais a pessoa a ler e a escrever passa, tal fenômeno distinto é chamado de característica do sistema de escrita e uso funcional da linguagem, sobre isso, a criança vai passar por diversas hipóteses experimentais até dominar essa diversidade, claro que, essas hipóteses dependem do nível de alfabetização no ambiente social e das experiências sociais de leitura e escrita em que costumam ocorrer em seu ambiente familiar ou em comunidade.

3. ESPECTRO AUTISTA: CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS

O psiquiatra Eugene Bleuler em 1911 utilizou o termo "autismo" pela primeira vez, descrevendo o autismo como condições que alteram episódios vividos, faltando veracidade em sua realidade, o que resultou em muitos problemas de conversa (CUNHA, 2012). Em sequência, em 1943, após Kanner observar por vários anos 11 casos de crianças que não podiam interagir afetivamente ou interpessoalmente, além de ter resistência excessiva a mudanças ambientais e ser incapaz de se



conectar afetivamente, os autistas observados por Kanner mostravam grandes dificuldades em usar a linguagem para se comunicar com sua sociedade (GADIA, 2006).

Após um ano, crianças com Asperger relataram outras características semelhantes ao autismo e problemas de comunicação social. Elas eram diferentes dos outros por serem mais inteligentes. De acordo com Bosa, Semensato (2013), uma mobilização para igualar esse diagnóstico ocorreu na década de 1980, foram então definidas três categorias a partir dos diagnósticos dos autistas, são elas: falta de compreensão e manifestações sociais; falta de capacidade de ser criativa e de se comunicar; além de não se adaptarem com a facilidade a modificações no ambiente e reagirem a alguns comportamentos, ou seja, uma tríade de diagnósticos consiste nesses três campos (FERREIRA, 2014).

Agora sabemos que o autismo é uma alteração de desenvolvimento complicada, definida pelo ponto de vista comportamental, com várias causas e níveis variados de necessidade de suporte (GADIA, 2006). Vale ressaltar que, atualmente, o termo do autismo é conhecido e caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento conhecido como Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), e existem três níveis que necessitam de necessidade de suporte: leve, moderado ou grave (FERREIRA, 2014).

Sendo assim, o espectro do autismo é uma condição neurobiológica, que influencia a percepção realística sobre o mundo e como essa visão transparece em sua relação com o outro, podendo, as características e os aspectos do autismo variaram muito de indivíduo para indivíduo, no entanto, existem algumas características que são comuns em todo o espectro.

Logo, o autismo abrange uma gama de condições distintas distúrbios do desenvolvimento neurológico com três características básicas, que podem se manifestar em conjunto ou separadamente. É um distúrbio de comunicação, comportamento social e repetitivo que geralmente se inicia nos primeiros anos de vida (BRITES, 2019).

Esse fenômeno é chamado de “Espectro”, pois abrange situações e apresentações muito complexas, eles variam de leves a graves. No entanto, todos apresentam atrasos no desenvolvimento em maior ou menor grau, mesmo que tenham maior inteligência, como atrasos na interação, nas brincadeiras e nos interesses, ou seja, dificuldades qualitativas na comunicação, nas relações sociais, e com comportamentos contínuos (BRITES, 2019).

Acresce que a dificuldade de comunicação e interação social é um elemento chave que os caracterizam, os indivíduos que são diagnosticados com autismo podem ter dificuldade em conversar, entender as emoções dos outros e reconhecer expressões faciais, assim como decifrar a linguagem corporal. Além disso, podem ter dificuldade em fazer amigos e se adaptar a novas situações sociais (APA, 2022).

Uma outra característica que pode ser comum é a presença de interesses limitados e comportamentos repetitivos. As pessoas no espectro do autismo geralmente desenvolvem interesses intensos e específicos em determinados assuntos e dedicam muito tempo a eles; ainda, podem exibir comportamentos repetitivos, como movimentos rítmicos, balanço do corpo ou olhar fixo para objetos específicos (APA, 2022).

Algumas pessoas dentro desse espectro também podem ter sensibilidade sensorial aumentada ou diminuída, significa que eles podem ser hipersensíveis a estímulos sensoriais, como sons, luzes, texturas e cheiros, essa sensibilidade pode causar desconforto e atrapalhar as rotinas diárias.

É de suma importância destacar que cada pessoa que está no espectro do autismo é única, cada uma tem suas próprias qualidades e dificuldades. Algumas pessoas no espectro podem possuir e desenvolver uma capacidade específicas, como por exemplo, na música, na matemática, sendo de suma importância e interessante respeitar e valorizar essas diferenças e promover a inclusão de todas as pessoas com autismo na sociedade (BRITES, 2019).

Como já mencionado, as habilidades aprimoradas podem ser em várias artes, enquanto outras podem ter dificuldades em certas áreas. É importante valorizar e reconhecer cada habilidade de cada autista e oferecer oportunidades de desenvolvimento e inclusão em todas as áreas possíveis, pois, de fato, muitos autistas tiveram sucesso em vários campos profissionais, acadêmicos, artísticos e esportivos, o que mostra que o autismo não é um bloqueio para o talento.



Compreender as características e aspectos do espectro do autismo é essencial para promover a inclusão e o respeito pelas pessoas que vivem com a condição. Cabe a todos nós nos tornarmos conhecedores e sensíveis aos desafios e necessidades das pessoas com autismo, tornando o mundo um lugar com acessibilidade inclusiva, pois, dentro do espectro do autismo, não existe uma inteligência específica que seja característica de todos os autistas. Como em qualquer população, as habilidades cognitivas e intelectuais podem variar amplamente entre os indivíduos (BRITES, 2019).

Não há níveis fixos de autismo no espectro do autismo, em vez disso, existe uma ampla gama de características e graus de intensidade dos sintomas. Entretanto, o TEA tem três níveis de gravidade, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais -DSM-5 – RT (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA, 2022):

Tabela 1 - Níveis de gravidade

Fonte: DSM 5 TR (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA, 2022, p.156).

Níveis de gravidade para transtorno do espectro do autismo (exemplos de nível de necessidades de suporte)		
Nível de severidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 “Exigindo suporte muito substancial”	Déficits severos nas relações sociais verbais e não verbais. Habilidades de comunicação causam graves prejuízos no funcionamento, iniciação muito limitada de interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais de outros. Por exemplo, uma pessoa com poucas palavras de fala inteligível que raramente inicia a interação e, quando o faz, faz abordagens incomuns para atender apenas às necessidades e responde apenas a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/ repetitivos interferem marcadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande aflição/ dificuldade em mudar o foco ou a ação.
Nível 2 “Requer suporte substancial”	Déficits acentuados nas habilidades de comunicação social, verbal e não verbal; deficiências sociais aparentes mesmo com apoios; iniciação limitada de interações sociais; e respostas reduzidas ou anormais a aberturas sociais de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação é limitada a interesses especiais estreitos e que estranha comunicação não verbal	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em lidar com mudanças ou outros comportamentos restritos/ repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios para o observador casual e interferir no funcionamento em uma variedade de contextos. Angústia e/ou dificuldade em mudar o foco ou a ação.
Nível 1 Requer suporte	Sem apoios no lugar, déficits em comunicação causam deficiências perceptíveis. Dificuldade em iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou malsucedidas a aberturas sociais de outros. Pode parecer ter diminuído o interesse em interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que é capaz de falar frases completas e se engaja na comunicação, mas cuja conversa com os outros falha e cujas tentativas de fazer amigos são estranhas e geralmente malsucedidas.	A inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em alternar entre as atividades. Problemas de organização e planejamento dificultam a independência

Na CID-11 (última versão deste manual em 2022), os diagnósticos de autismo passam a fazer parte dos transtornos do espectro do autismo, que podem ser identificados das seguintes formas:

Grau 1 – autismo leve -

Neste grau, as maiores dificuldades estão relacionadas aos déficits de comunicação, sem muitas comorbidades associadas. Por conta disso, o pequeno com autismo leve muitas vezes é rotulado como desinteressado. (NEUROSABER, 2022. p.1).

Grau 2 – autismo moderado –

O autismo moderado possui aspectos mais complicados em relação ao anterior. Nesse caso, a falta da verbalização pode ser um dos problemas do indivíduo acometido e, geralmente, mais comorbidades estão associadas ao diagnóstico. (NEUROSABER, 2022. p.1).

Grau 3 – autismo severo –



O grau 3, ou autismo severo, se caracteriza pelos prejuízos no neurodesenvolvimento serem mais elevados. Nesse contexto, os problemas estão presentes desde o processo de socialização até o funcionamento geral de corpo e mente. Por esse motivo, a independência da criança com autismo é mais difícil de ser conquistada no grau 3. (NEUROSABER, 2022, p.1).

É importante destacarmos que esses níveis não devem ser considerados como uma classificação fixa e imutável, pois as características e as necessidades de cada pessoa autista podem mudar ao longo do tempo e podem ser influenciadas por fatores como a idade, ambiente e intervenções terapêuticas recebidas.

3.1 INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas e discriminadas pela sociedade. Nos tempos antigos, as crianças nascidas com deficiência eram abandonadas ou sacrificadas. Já na Idade Média eram considerados “castigo de Deus” e viviam da caridade. Depois, na Era Moderna, passaram a ser internados em instituições asilares, mas sem atendimento específico às suas necessidades. Os séculos XVII e XVIII testemunharam a criação de métodos de ensino específicos para esse público, como o Braille e a leitura labial.

É possível confundir os termos quando falamos em deficiência devido aos seus vários tipos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou as deficiências em três níveis: deficiência, incapacidade e desvantagem social. Em um tempo não muito distante, em meados do início do século 21, o termo "deficiência" foi revisado, reformulado e sugerido para substituir pessoa deficiente por pessoa em situação de deficiência (SASSAKI, 2003). Pode ser o resultado de fatores inatos ou adquiridos que dificultam a interação e a integração com o meio social, o que sustenta a necessidade de recursos especializados que permitam o crescimento humano e a capacidade de superar ou minimizar os obstáculos (BECHTOLD; WEISS, 2005).

O processo de inclusão contribui para a construção da sociedade, apoiando a transformação do ambiente físico e da mentalidade de todas as pessoas, incluindo uma criança com autismo.

Em 2012 foi aprovada a LEI 12.764, Lei Berenice Piano 27/12/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que lhes confere os mesmos direitos legais das pessoas com deficiência, mas muitas famílias não são estar ciente disso significa que as autoridades públicas não podem prestar assistência devido à procura.

A lei estabelece que as pessoas com transtorno do espectro autista têm os mesmos direitos das pessoas com deficiência, garantindo acesso à educação, saúde e outros serviços.

Escolas e os professores precisam de ser reestruturados e adaptados para que uma inclusão seja suficiente. De acordo com Cacciari, Lima e Bernard (2005), os professores e a escola devem prestar a mesma atenção em seus alunos, para que o processo inclusivo seja efetivo. Silveira e Neves (2006) enfatiza que é possível chegar a um consenso sobre uma questão: um sistema inclusivo pode se tornar possível. No entanto, ela só será viável quando houver mudanças profundas no sistema educacional e na política social existente.

Podemos dizer que, quando a criança é diagnosticada precocemente por um profissional especializado, os meios de intervenções são realizados desde cedo, o que é extremamente benéfico para o seu sucesso escolar. Nesse sentido, o professor é um importante aliado para observar e auxiliar neste diagnóstico e, com esse diagnóstico, o professor poderá repensar sua prática e planejar sua didática de acordo com cada individualidade.

No entanto, deve-se notar que o próprio professor não pode realizar seu trabalho; é necessária uma equipe multidisciplinar com terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, pediatra, neuropediatra, ou seja, especialistas especializados que possam orientar a prática do professor, de acordo com as especificidades do aluno. Com esse apoio, o professor poderá adquirir conhecimentos sobre os procedimentos que podem ser utilizados para ensinar a alfabetização em leitura da forma mais adequada, de acordo com suas especificidades.



Entre os vários métodos de alfabetização, é impossível dizer qual mais bem utilizado em sala de aula com crianças autistas, mas é necessário conhecê-los para pensar no que facilitará e como apoiará o conhecimento do seu aluno e sua integração social.

3.1.2 INTERVENÇÕES DE ENSINO

Concomitantemente, hoje, existem muitas maneiras de incentivar, aprimorar e instruir as crianças com autismo, conforme a análise do comportamento aplicado, ou ABA, que vem sendo um método utilizado pelos psicólogos especialistas no assunto para compreender o comportamento e usado no tratamento dessas crianças autistas que têm dificuldades em desenvolver cognitivamente (RIBEIRO, 2010).

A personalidade, os comportamentos e as habilidades precisam de fato serem melhorados, também a interação social e a comunicação com pais e professores é uma das características gerais de uma intervenção que se baseia no método ABA. De acordo com esse método sistemático, e de intervenção, são seguidos de seleção e escritos de objetivos que incluam estratégias comportamentais e comprovadamente eficazes para delinear uma intervenção, como forma de melhoria na qualidade de vida de todos os indivíduos que possuem o transtorno do espectro do autismo (CAMARGO; RISPOLI, 2013).

Um outro método aplicado é as PECS Figuras (Sistema de Comunicação por Troca de Imagens) traduzido para o Português como Sistema de Comunicação de Intercâmbio. Ele foi criado nos Estados Unidos por volta do século XIX; esse método foi criado para ajudar pessoas de diferentes idades que não conseguem se expressar com a fala ou têm fala muito limitada (VIEIRA, 2019), caracteres ou materiais específicos são equivalentes à voz do aluno. Então, cada pessoa precisa ter a sua própria voz, a sua própria componente de comunicação PECS. Para que o sistema seja útil ao indivíduo, os profissionais têm que conhecer e fazer parte interativamente para descobrir do que cada aluno gosta e o que realiza no seu dia a dia.

Esse método também é composto por etapas, de inserção e adaptação do aluno, de forma que, nas etapas iniciais, a estatueta funciona como um “ingresso” que o aluno deve apresentar ao parceiro de comunicação. Em crianças autistas com graus mais avançados, os alunos aprendem a formar frases, responder perguntas e adicionar comentários (MENEZES, MACHADO; SMEHA, 2015).

Outro método bastante aplicado é o TEACCH, é uma abordagem educacional desenvolvida para atender às necessidades, é um método de tratamento psicoeducacional que tenta estruturar a vida de uma pessoa um indivíduo autista em todas as fases do seu desenvolvimento e em todos os ambientes sociais, logo, tal método recomenda a participação dos pais em parceria com a gestão para auxiliar no desenvolvimento das crianças autistas, de forma ativa e interativa, este método o profissional irá criar um plano de ensino individualizado, conforme as necessidades da criança. (MENEZES, MACHADO; SMEHA, 2015).

A utilização desses métodos pelo professor permite-lhe trabalhar a linguagem, nas suas diversas formas, de acordo com a individualidade do seu aluno. Para ter sucesso na aprendizagem, o professor deve apoiar adaptações no ambiente para organizar as tarefas que o aluno deve realizar em sequência lógica e cronológica, na alfabetização as intervenções citadas acima pode ajudar muito a criança, como por exemplo no comportamento (ABA), nas assimilações das imagens com a palavra (PECS) e o TEACCH irá complementar os demais, as intervenções citadas acima em conjunto ajudam a criança autista a se desenvolver melhor proporcionando uma alfabetização eficaz (MENEZES, MACHADO; SMEHA, 2015).

4 CAMINHOS PARA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Como vimos, a alfabetização de crianças autistas requer um cuidado especial, pois é um caminho onde são necessárias várias práticas educativas, materiais lúdicos, métodos de ensino



aplicados, tratamentos com profissionais, além do apoio dos pais. O professor, ao ter um autista em sala de aula, deve trazer esse aluno para perto, quando ele irá observar cada passo desse aluno.

A alfabetização de crianças autistas requer uma abordagem adaptada e distinta que atenda demandas específicas e alguns caminhos que podem ser seguidos incluem:

1. *Individualizar o ensino*: Há particularidades em cada criança autista, sendo assim, é de suma importância adaptar as estratégias de ensino a suas preferências, habilidades e estilo de aprendizagem. Isso pode incluir o uso de materiais visuais, jogos interativos ou métodos sensoriais para ajudar a compreender e lembrar letras e palavras. (ROGERS, DAWSON, 2014).

2. *Comunicação visual*: Muitas crianças autistas preferem a comunicação visual. Portanto, o uso de imagens, cartões com palavras ou pictogramas pode ajudá-los a tornar a alfabetização mais significativa e compreensível. (ROGERS, DAWSON, 2014).

3. *Rituais e Rotinas*: As crianças autistas muitas vezes se beneficiam de rotinas estruturadas e previsíveis. Incorporar atividades de alfabetização em sua rotina diária pode ajudar a criar uma sequência de aprendizagem consistente e torná-las mais receptivos à aprendizagem. (ROGERS, DAWSON, 2014).

4. *Reforço positivo*: Elogios, prêmios ou pequenas recompensas podem ajudar as crianças autistas a aprender a ler e escrever. Isso incentiva a participação ativa e cria uma conexão positiva com o aprendizado. (ROGERS, DAWSON, 2014).

5. *Uso da tecnologia*: A tecnologia pode ser uma ferramenta útil na alfabetização de crianças autistas. Existem inúmeros aplicativos e jogos interativos que podem tornar o aprendizado mais atrativo e divertido para as crianças. (ROGERS, DAWSON, 2014).

6. *Parceria com professores e terapeutas*: É importante que professores e terapeutas trabalhem em conjunto para criar planos de aula individualizados e partilhar estratégias eficazes. A união entre a escola e os pais também desempenha um papel fundamental no sucesso da alfabetização. (ROGERS, DAWSON, 2014).

É importante destacar que uma alfabetização de crianças autistas requer flexibilidade, paciência e um ambiente apoiador. É fundamental adaptar os métodos de ensino e fornecer o apoio necessário, pois cada uma das crianças pode responder de forma diferente aos métodos de ensino, sendo papel primordial do profissional ensinar a criança para que ela possa se desenvolver pessoalmente e se adaptar ao mundo e ao futuro mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, objetivou-se compreender como ocorre o autismo e entender as formas de alfabetização. Vimos que o transtorno do espectro do autismo é um transtorno que prejudica a interação e a comunicação de um indivíduo e está associado vários outros distúrbios como depressão, hiperatividade, dentre outras.

. Devido às dificuldades apresentadas pelo indivíduo, são necessárias medidas legais de inclusão social e educacional para que o cidadão possa participar efetivamente.

Nesse sentido, são necessárias práticas educativas inclusivas para promover o conhecimento. A alfabetização e o letramento desse aluno devem ser observadas pelo professor com muita atenção e dedicação, seus procedimentos devem visar ao aprofundamento das habilidades e a superação das dificuldades desse aluno. O conhecimento das etapas da psicogênese da linguagem escrita é, portanto, essencial para que os professores planejem atividades que promovam a superação de cada uma delas.

Para ajudar o professor nessa fase, existem vários métodos que podem ajudar. Dentro dessa pesquisa destacam-se três que podem ajudar nesse processo educacional, o ABA, PECS e TEACCH. Portanto, o professor deve adequar o conteúdo do currículo, refletindo sua prática de acordo com as peculiaridades de seu aluno, a fim de promover um ensino significativo e inclusivo.

Por fim, há vários caminhos que são úteis para ajudar a alfabetizar e letrar a criança com autismo, vale destacar que isso tudo só é válido com a ajuda dos pais, pois primeiramente o



aceitamento do diagnóstico tem que vir dos pais para que essa criança tenha um ótimo desempenho escolar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 - RT**. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BECHOT, Patrícia Barthel; WEISS, Silvio Luiz Indrusiak. **A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho**. Monografia apresentada ao curso (especialização em psicopedagogia) do Instituto Catarinense de Pós Graduação. 2005.

BOSA, Cleonice Alves; SEMENSATO, Márcia Rejane. **A família de crianças com autismo: contribuições clínicas e empíricas**. In: SCHMIDT; Carlo (org). *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. 2. ed. Campinas: Papyrus, p. 2-50, 2013.

BRITES, Clay. **Quais são os transtornos que podem acompanhar o TEA?**. Neuro Saber, 2019. Disponível em: <https://neurosaber.com.br/quais-sao-os-transtornos-que-podem-acompanhar-o-tea/>. Acesso em: 20 out. 2023.

CACCIARI, Fernanda Rodrigues, LIMA, Flávia Teresa de; BERNARD, Marli da Rocha (2005). Ressignificando a prática: um caminho para a inclusão. **Construção Psicopedagógica**, v. 13, n.10, p. 13-28, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 out. 2023.

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial**, n. 26, v. 47, 639-650. Disponível em: <https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 28 out. 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Joana Cristina Paulino. **Estudo exploratório da qualidade de vida de cuidadores de pessoas com perturbação do espectro do autismo**. Porto, 2014. Dissertação (Monografia em Educação Física); Faculdade de Desporto; Universidade do Porto, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAZZAROTTO, Elaine Fátima Serena. **Alfabetização e Letramento**. Trabalho e Conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2010.

MELO, Eliane Pimentel Camillo Barra Nova de. **PNAIC: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.



MELO, Eliane. MARQUES, Silvio. História da alfabetização no Brasil: novos termos e velhas práticas, **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.L.], v.11, n. 20, p. 324-343, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/5137>. Acesso em: 24 out. 2023.

MENEZES, Gabriela Bassotto; MACHADO, Louise da Silveira Pedrotti; SMEHA, Luciane Najar. A atuação psicopedagógica diante do processo de aprendizagem de crianças com autismo. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2015.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 372p.

MORAIS, M. A. C. de; SILVA, F. de L. **A leitura e a escrita no Rio Grande do Norte: primeiras décadas do século XX**. In: MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: uma História de sua História. Marília: editora UNESP, 2012. p. 265-281. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZXvN7WV9d6fdDfFdtb4KZsz/>. Acesso em 24 out. 2023.

NEUROSABER. **DSM-5 E TEA**: o diagnóstico do autismo. 2022. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/dsm-5-e-tea-o-diagnostico-do-autismo/>. Acesso em: 29 out. 2023.

RIBEIRO, Sabrina. ABA: uma intervenção comportamental eficaz em casos de autismo. **Revista Autismo**. São Paulo, v. 0, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000100007 Acesso em 24 out. 2023.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. Intervenção precoce em crianças com autismo: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Ltda, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: VIVARTA, Veet (coord.). Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

SILVA, Francinaide de Lima; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **A leitura e a escrita no Rio Grande do Norte: primeiras décadas do século xx. Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**, [S.L.], p. 265-282, 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-178-2>. p.265-282.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-86, 2006.

SOARES, Magda Becker. **Letrando**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de set. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. 123 p.



SOUZA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIEIRA, Soraia. **Sistema por figuras é boa ferramenta de comunicação para autistas**. PECS. Revista Autismo. 2019. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/numero/004/pecs/>. Acesso em: 25 out. 2023.

ZACCUR, Edwiges. **Alfabetização: práticas emancipatórias em vez de velhos métodos com novos discursos**. In: ZACCUR, E. **Alfabetização e Letramento: o que muda quando muda o nome?** Rio de Janeiro: Editora Rovellet, 2011.